



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL**

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

PARECER SJRJ 1736329

Senhora Diretora da Secretaria Geral,

Trata-se de procedimento licitatório, com fulcro na Lei nº 14.133/21, Lei nº 12.846/2013, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e nos Decretos nº 3.555/2000, nº 10.024/2019 e nº 11.462/2023, para fornecimento de material de comunicação visual acessível, incluindo placas de identificação em Braille e alto-relevo, mapas táteis e demais elementos de acessibilidade destinados às dependências da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, sob o Sistema de Registro de Preços, com vigência de 1 ano, prorrogável por igual período, em consonância com as justificativas, Formulário de Estudos Técnicos Preliminares - ETP - SJRJ nº 1735305 e Termo de Referência nº 450 (1735362), elaborados pela Coordenadoria de Projetos Institucionais/Subsecretaria de Gestão Estratégica.

Frise-se que a pertinência do objeto em epígrafe já foi avaliada pela Administração, tendo sido aprovada sua continuidade e registrado o código identificador ID.345, conforme informado no Formulário de Formulário de Estudos Técnicos Preliminares - ETP - SJRJ nº 1735305. Deste, destacam-se as seguintes informações:

1. IDENTIFICADORES E OBJETO:

ID da programação: 345

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de material de comunicação visual acessível, incluindo placas de identificação em Braille e alto-relevo, mapas táteis e demais elementos de acessibilidade destinados às dependências da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, conforme especificações técnicas deste Termo de Referência.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A contratação tem por finalidade promover a acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência visual, garantindo orientação e identificação adequada dos ambientes institucionais.

A medida visa atender às disposições da Lei nº 13.146, bem como às diretrizes estabelecidas na ABNT NBR 9050, que prevê a utilização de sinalização tátil e visual em ambientes de uso coletivo.

A implantação da comunicação visual acessível também contribui para a melhoria da orientação espacial de usuários e servidores, promovendo maior autonomia e segurança na circulação nas dependências institucionais.

[...]

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO:

4.1 Contrato não Continuado/Pronta Entrega/RP

4.1.1 Critérios de Dimensionamento:

Apuração do material de sinalização e comunicação visual instalado nas locações da SJRJ.

4.1.2 Quantidades:

[...]

06. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

A solução consiste no fornecimento de materiais de sinalização e comunicação visual acessíveis, contemplando:

Placas de identificação de ambientes com texto em alto-relevo e Braille;

Placas de sinalização direcional e informativa;

Mapas táteis para orientação espacial;

Placas de sanitários acessíveis e demais ambientes institucionais;

Outros elementos de comunicação visual acessível necessários à adequada orientação dos usuários

6.1 Ciclo de Vida: Menos de 1 ano

6.1.1 Caráter da Despesa deste Objeto: Definitivo

Pagamento Integral dentro do Exercício: Sim

Necessidade de Formação de Lote por Motivos Técnicos: Sim

Necessidade Técnica de Indicação de Marcas/Fabricantes Específicos: Não

Necessidade de Alocação de Mão de Obra em Caso de Serviço: Não

07. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS ESPERADOS:

Com a contratação pretende-se:

- ampliar a acessibilidade nas edificações institucionais;
- garantir maior autonomia às pessoas com deficiência visual;
- adequar os prédios às normas de acessibilidade vigentes;
- padronizar a comunicação visual acessível.

08. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

-

9.1 Necessidade de Oitiva das Áreas Envolvidas: Não

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se aplica

11. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Buscando atender aos requisitos de sustentabilidade estabelecidos para as compras públicas sustentáveis a Contratada deverá:

11.1 Todos os elementos discriminados no Termo de Referência, no que tange à composição, execução, instalação e ao armazenamento de suas respectivas embalagens, devem ser, no que couber, condizentes com as disposições estabelecidas no artigo 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01, de 19 de janeiro de 2010.

11.2 A contratada deverá optar preferencialmente pela utilização de materiais sustentáveis (materiais reciclados, biodegradáveis ou atóxicos) na execução da solução contratada, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

11.3 Deve ser evitada a utilização de máquinas que aumentem a geração de resíduos industriais no modo de produção do bem ou serviço a ser contratado.

11.4 A contratada deverá adotar práticas que minimizem a geração de resíduos e consumo de energia, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

11.5 Observar a destinação adequada aos resíduos gerados durante suas atividades, respeitando a Logística Reversa de Resíduos Sólidos determinada na Lei Nº 12.305/2010.

11.6 A CONTRATADA será responsabilizada por qualquer prejuízo que venha causar à SJRJ em virtude de ter suas atividades suspensas, paralisadas ou proibidas por falta de cumprimento de normas ambientais ligadas ao produto objeto do presente Termo de Referência

12. IMPACTOS AMBIENTAIS:

O objeto da presente SEC não causa impactos ambientais diretos e serão priorizados materiais duráveis, recicláveis ou de menor impacto ambiental, em consonância com as diretrizes de sustentabilidade da Administração Pública.

13. CONTRATAÇÃO ANTERIOR/PROCESSO ADMINISTRATIVO

Primeira contratação do tipo de material em epígrafe. Apenas um item já foi contratado anteriormente (G1/1 - JFRJ-EOF-2019/01389).

14. PARECER CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A solução escolhida é viável de ser implantada, com base nas informações relatadas neste ETP.

O Formulário de Análise de Risco (1688345) apresenta como risco a "não conformidade técnica do material acessível" e "o atraso na entrega dos materiais", com nível de risco MÉDIO.

Consta juntada do Dimensionamento do Objeto a ser contratado. (1690326)

A Seção de Cotação/AGLI/SCM elaborou e juntou ao presente processo pesquisa de preços e respectivo Mapa Comparativo de Preços (1704477), em que consta a observação de que não foram encontrados preços de outros Órgãos com as mesmas especificações.

A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças manifestou-se, conforme Despacho SJRJ 1712057:

De ordem, considerando que se trata de aquisição pelo sistema de registro de preços, sugiro o prosseguimento.

Informo que cada solicitação de empenhamento fica condicionada à verificação prévia de disponibilidade orçamentária pela SOF, cuja despesa fica vinculada à cota da SGE, em seu ID 3-SGE (345).

Apresento a classificação econômica da despesa para análise pela SEACO:

- Ação: JC

- Elemento de despesa: 339030.44

A Seção de Orientação e Conformidade Contábil emitiu a Informação SJRJ 1712749, em que certificou que a classificação indicada pela SOF encontra-se em consonância com a orientação da Secretaria do Tesouro Nacional.

Em seguida, a Assessoria de Governança de Licitações e Contratações/SCM, mediante Despacho SJRJ 1712975, devolveu os autos à Coordenadoria de Projetos Institucionais/Subsecretaria de Gestão Estratégica para adequação do Termo de Referência, conforme entendimentos, ressaltando que deveria ser juntada justificativa para a não formação de lote exclusivo para ME/EPP.

Em resposta ao despacho supra, a Coordenadoria de Projetos Institucionais/SGE juntou ao presente processo informou o formulário dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - SJRJ 1715217 e o Termo de Referência - Compras - Lei 14.133/2021 - SJRJ 436 (1715611), bem como informou o que se segue (Despacho SJRJ 1715800):

À AGLI

Comunicamos a V.Sas. a inviabilidade de formação de lote exclusivo para ME/EPP nesta licitação em virtude da necessidade de garantir a padronização da identidade visual da Instituição através da uniformidade das peças em quesitos como tonalidade das cores; estética das fontes e dos pictogramas; espessura/textura das peças.

Informamos ainda que foram inseridos ao processo: ETP 1715217 em substituição ao 1658941 para ajuste do código ID e da formação de lote; TR 1715611 em substituição ao 1666917 para ajuste dos critérios para envio de amostras e retirada dos itens 8.2 e 8.3.

A Subsecretaria de Contratações e Material elaborou e juntou aos autos minuta de **Edital (1716856)** e de **Ats de Registro de Preços (1721723)**.

Em 29/04/2026, esta Subsecretaria Jurídico-Administrativa, mediante o **Despacho SJRJ**

1731809, solicitou que a Subsecretaria de Gestão Estratégica realizasse as seguintes adequações:

1) Termo de Referência

- assinatura da Diretora da Subsecretaria no Termo ajustado;
- subitem 1.1.5 – alterar o prazo de vigência para 60 dias;
- subitem 4.4.e) incluir o numeral relativo ao item 13;
- Item 4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - Da Exigência de Amostra - incluir prazo para área técnica avaliar as amostras;
- subitens 4.14 e 4.15 - excluir;
- subitem 5.1.1 - alterar a redação para " 5.1.1. Recebimento provisório: no ato da entrega dos bens, junto com a apresentação da Nota Fiscal";
- subitem 6.7.5 – excluir;
- subitem 11.1- Classificação IV - Gravíssima – apagar o numeral zero na seguinte redação: **Atraso acima de 30(trinta) dias 0.**

2) Estudos Técnicos Preliminares

- Incluir os critérios/justificativas para a formação dos grupos/lotos indicados no Termo de Referência.

Em seguida, consta juntada do Formulário de **Estudos Técnicos Preliminares - SJRJ nº 1735305 e Termo de Referência nº 450 (1735362)**, conforme adequações requeridas no Despacho SJRJ 1731809.

Frise-se que as minutas de **Edital (1716856)** e de **Ata de Registro de Preços (1721723)** atendem aos dispositivos legais em vigor, com fulcro na Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei nº 12.846/13 e nos Decretos nº 3.555/2000, nº 10.024/2019 e nº 11.462/2023. No entanto, sugerimos as seguintes adequações:

EDITAL (1716856)

- Subitem 5.8.1 - alterar a frase "conforme item 4.3 e 4.4 do Anexo I (Termo de Referência)" por "conforme **itens 4.3 a 4.14** do Anexo I (Termo de Referência)";
- Subitem 11.6.1 – alterar a frase "sob pena de ensejar a aplicação das sanções previstas no item 12 – Das Penalidades do presente Edital" por "sob pena de ensejar a aplicação das sanções previstas no **item 14** – Das Penalidades do presente Edital".

No que tange ao Anexo II - Planilha de Preços, parte integrante do Edital, esclareço que os quantitativos e respectivos valores dos itens foram elaborados pela AGLI/Subsecretaria de Contratações e Material, unidade responsável pela análise prévia a eventual publicação do edital.

Em face do exposto, entendemos não haver óbice ao prosseguimento do presente processo administrativo, com vistas ao início do devido torneio licitatório, observadas as sugestões contidas neste Parecer.

Por fim, ficam designados os servidores na forma abaixo indicada para a gestão e fiscalização técnica dos ajustes a serem firmados nos presentes autos, com fulcro no art. 117 da Lei nº 14.133/2021:

GESTOR - CONTRATO	TITULARIDADE	MATRÍCULA
Daniel Bernardo da Silva	Titular	18681
Marcelo de Lima Silva	Suplente	18456

FISCAL TÉCNICO - CONTRATO	TITULARIDADE	MATRÍCULA
Daniel Bernardo da Silva	Titular	18681
Cristina Seraphico de Souza Gerheim	Suplente	12920

DENISE VIEIRA

SUPERVISORA

SEÇÃO DE ANÁLISE JURÍDICA DE PROCEDIMENTOS PARA CONTRATAÇÕES/SJA

MÁRCIA MARIA CORÊA DOS SANTOS

ASSESSORA

ASSESSORIA DE ANÁLISE DE CONTRATAÇÕES/SJA

LUCIANA BARÃO RODRIGUES

DIRETORA

SUBSECRETARIA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA BARÃO RODRIGUES, Diretora de Subsecretaria**, em 30/04/2026, às 12:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCIA MARIA CORREA DOS SANTOS, Assessora**, em 30/04/2026, às 13:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DENISE VIEIRA, Supervisora**, em 30/04/2026, às 13:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1736329** e o código CRC **D1581416**.